



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 5**

**A ATUALIDADE DE UMA PROPOSTA  
NACIONAL SOCIAL DESENVOLVIMENTISTA**

**SAMUEL COSTA FILHO**  
ABRIL/2003

**Texto de Discussão**

Ano 2 - n° 05 - abril/2003

**Reitor da Universidade Federal do Piauí**

Prof. Pedro Leopoldino Ferreira Filho

**Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras**

Prof. Antonio Fonseca Neto

**Chefe do Departamento de Ciências Econômicas**

Prof. Edson José de Castro Lima

**Coordenador do Curso de Ciências Econômicas**

Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

**Editado pelo DECON**

**Responsável**

Economista./DECON Enoisa Veras

**Conselho Editorial**

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Prof./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.05, a.7 (abril 2003) - Teresina: UFPI, 2008 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

## A ATUALIDADE DE UMA PROPOSTA NACIONAL SOCIAL DESENVOLVIMENTISTA

*“Longe de nosso espírito a pretensão de, numa exposição necessariamente sumária, abordar os aspectos operacionais de uma política de desenvolvimento orientada para a transformação planejada das estruturas. As sugestões que fazemos pretendem tão-somente indicar o sentido que poderia tomar a ação prática. Nosso principal objetivo é demonstrar que somente uma ação global, exercida sobre um conjunto de frentes articuladas, é capaz de pôr em marcha efeitos cumulativos e convergentes, e de assegurar uma reversão das tendências paralisantes assinaladas” (Celso Furtado , Um Projeto para o Brasil - 1968:14).*

**Samuel Costa Filho<sup>1</sup>**

Resumo: O presente artigo se insere na defesa do resgate das políticas de longo prazo e na necessidade de se criar “um novo estilo de desenvolvimento para o Brasil”. No bojo desse projeto de desenvolvimento se deve priorizar as questões sociais que afligem a maioria dos brasileiros. Coloca-se a favor de “sugestões abrangentes de programas e projetos de interesse da sociedade brasileira e nordestina” e contra a integração passiva da economia brasileira ao processo de globalização financeira em curso. Assim, o presente artigo tem por objetivo se posicionar a favor de um “projeto de desenvolvimento nacional”, que ao levar em conta a região Nordeste, contribua para eliminação do conservadorismo e dos entraves responsáveis pela pobreza e miséria da grande maioria de sua população.

**Palavras-chaves: Desenvolvimento Regional; Economia Brasileira; Economia Nordestina.**

### 1. Introdução

O desenvolvimento econômico, uma das preocupações dos primeiros economistas clássicos somente voltou ao debate econômico após a segunda Guerra Mundial em meio à chamada Guerra Fria entre o leste e o Oeste. A supremacia Keynesiana ao enfraquecer a ideologia liberal produziu a descrença nos mecanismos de mercado para resolução do problema do subdesenvolvimento e das regiões atrasadas.

Nos anos 50 surgiu na América Latina a Teoria Econômica da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), com uma abordagem alternativa para explicar o atraso dos países desse continente. A CEPAL propõe, ainda, formas de superá-lo (Mantega, 1987). Opondo-se ao liberalismo neoclássico, Raul Prebisch e teóricos da CEPAL constroem uma interpretação original de desenvolvimento para os países latinos americanos (Silva Filho, 1997).

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN e Doutorando IE/UNICAMP.

O pensamento Cepalino colocava que, se as economias ditas periféricas continuassem presas ao livre jogo das forças de mercado nunca deixariam de ser subdesenvolvidas, agrárias, voltadas para o mercado externo, e com crescentes problemas de balanço de pagamentos. Para sair da situação de atraso e subdesenvolvimento, a CEPAL propunha que os países latino-americanos teriam que implementar uma política deliberada de desenvolvimento industrial, promover uma reforma agrária, melhorar a alocação de recursos produtivos e impedir a evasão da produtividade. Tratava-se de promover uma industrialização voltada para o mercado interno. (Mantega. 1987).

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou às bases de uma economia urbano-industrial, chegou no fim dos anos 60 com sua economia comandada pelo setor industrial. As idéias Cepalinas influenciaram diretamente esse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande responsável pelo desempenho favorável da economia (Oliveira, 1999). No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de um parque industrial que chegou a ser o oitavo ou nono do planeta.

Ocorre que a crise dos anos 80 revelou o fim do modelo anterior apoiado no tripé capital externo, capital privado nacional e gasto público, alavancado pelo elevado imposto inflacionário. Após mais ou menos quatro décadas de atuação deliberada do Estado na promoção do desenvolvimento, encontramos um Estado privatizado e desestruturado<sup>2</sup>. Assim, foi relativamente fáceis o ressurgimento e predomínio das idéias liberais na economia e sociedade brasileira.

O sistema de mercado que foi deificado no "Consenso de Washington" como uma ideologia hegemônica tornou qualquer ação governamental pecaminosa (Netto, 1999). Por esse fato, o governo Collor e os seguintes, implementaram somente reformas na linha desse "Consenso de Washington". Assim, na década 1990, ocorreu a desistência total na implementação de qualquer tipo de política de desenvolvimento regional e nacional. Desestimo de construir a nação e entregamos os nossos destino ao capitalismo externo (Sayad, 1999)..

A essa altura, todos nós, até os mais distraídos, já conhecemos a verdade desoladora dos anos 90. Inaugurada com promessas extravagantes dos arautos da liberalização e pela abertura, presenciamos mais uma década perdida em termos de desenvolvimento econômico no Brasil. De Collor a FHC, governos comprometidos com a internacionalização da economia e submissos ao "Consensos de Washington" conseguiram a proeza de produzir resultados piores do que os da famosa "Década Perdida", período em que o país estava vivendo, o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e a crise da herança Vargas-Kubitschek. (Batista Jr..1999).

A atuação do Estado estimulando o desenvolvimento industrial também se fez presente na Região Nordeste. Entre o período de 1960/1980, o efeito e ação do Estado com suas políticas públicas e incentivas fiscais, ajudaram a integrar a região Nordeste na dinâmica e lógica da economia nacional.

Como bem salientou Araújo (1997:454):

---

<sup>2</sup> Como ressalta Fiori (1991:10) alguns chama de "cartorialização" e outros de "privatização do Estado".

*“No global, nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi à região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. Vários estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento médio em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)”.*

Ocorre que todo esse crescimento e integração econômica não homogeneizaram a estrutura produtiva da região Nordeste e das demais regiões do Brasil. Hoje em dia são claras as falhas e deficiências na execução e implementação da política de desenvolvimento. No que diz respeito às questões sociais, o pacto desenvolvimentista que impulsionou o crescimento sempre foi extremamente frouxo e permissivo com os “de cima” e extremamente rígido e autoritário com relação aos de “baixo”, mantendo um regime extremamente autoritário com relações ao trabalho, concentrador e excludente do ponto de vista salarial e na distribuição de renda. A crise dos anos. 80 e a conseqüente estagnação econômica provocaram a progressiva degradação da infra-estrutura econômica e a deterioração dos serviços públicos, impedindo que o Estado cumprisse suas obrigações elementares com educação, saúde e segurança da população (Fiori, 1991).

As mudanças no cenário internacional, a globalização e a ideologia liberal que baliza a política econômica do governo federal objetiva a construção de um novo padrão de financiamento para o crescimento econômico do Brasil. Segundo esta ideologia, essa nova fase do capitalismo prescinde das ideologias (capitalismo x socialismo/comunismo), e não necessita da participação ativa do Estado nas atividades econômicas.

Desde o início da crise da dívida externa nos anos 80 que o Estado brasileiro não formulou, executou e/ou implementou qualquer política de desenvolvimento. Hoje, diante do processo de globalização e da formação de uma nova ordem internacional, o governo federal tem mantido e recolocado a solução de mercado como o melhor caminho a ser seguido pela economia brasileira.

A política econômica atualmente foi declaradamente favorável às iniciativas e operações dos empreendimentos privados nacionais e, principalmente, estrangeiros considerados essenciais ao nosso desenvolvimento. Assim, assistiu-se a uma abertura comercial e integração produtiva comandada essencialmente pelo mercado internacional.

O projeto nacional em execução está reformando e modernizando o setor público pela via da privatização e desregulamentação. É fortes a pregação e defesa do “Estado Neutro”. Quem não aceita esse estado de coisa é acusado de está contra a modernização e a favor do atraso. Foram chamados “dinossauros”.

Na ausência de uma política de desenvolvimento, a maioria dos Estado e até Municípios partiram para a chamada “Guerra Fiscal”. Frente à complexidade da nova ordem internacional esse instrumento de luta entre Estados e Municípios foi de efeito reduzido, sendo necessário à implementação de um conjunto amplo e variado de políticas para promover o desenvolvimento (Araújo, 1997).

O presente artigo se insere na defesa do resgate das políticas de longo prazo e na necessidade de se criar “um novo estilo de desenvolvimento para o Brasil”. No bojo desse

projeto de desenvolvimento devemos priorizar e recolocar as questões que digam respeito às questões sociais que afligem a maioria dos brasileiros. Certamente dentre elas deveremos incluir o problema das disparidades sociais e regionais, a questão agrária, saúde pública, educação, etc. Fundamentalmente, esse modelo de desenvolvimento diverge das soluções liberais para solucionar os problemas estruturais e as mazelas enfrentadas pela nossa sociedade. No que diz respeito ao Nordeste defende a formulação de “uma nova política de desenvolvimento” (Ferreira, 1990) visando modificar a estrutura da região na direção da homogeneização social<sup>3</sup>.

Parafrazeando Celso Furtado (1992:3):

“Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevisas que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar”.

Esse trabalho se coloca a favor de “sugestões abrangentes de programas e projetos de interesse da sociedade brasileira e nordestina”, ou seja, mais especificamente pretender trabalhar e restaurar o “espírito” e a “idéia de unidade regional” para a implantação de uma nova política de desenvolvimento. Além do que, esses projetos em nível dos setores, indústrias, Estados, etc. devem ser implementados no quadro mais amplo e geral de uma nova política de desenvolvimento nacional.

Tendo em vista o objetivo anteriormente citado, esse trabalho coloca que embora frente ao “novo cenário internacional” e a “globalização”, continua atual a idéias de construção de um “Novo Nordeste”. E para formulação desse plano devemos considerar: 1 - que a luta pela formulação e implementação de uma política de desenvolvimento regional (tanto no aspecto intelectual como na prática) continua atual e necessária apesar das mudanças que estão ocorrendo atualmente no mundo; 2 - que a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento não perde sua importância e funcionalidade apesar da crítica e dos avanços neoliberais. Embora, devemos reconhecer que sua funcionalidade se modifica e torna-se necessário a sua regeneração. 3 - Com isso, se faz necessário refazer e reformular o Estado brasileiro, visando dotá-lo de condições para execução de suas funções públicas; 4 - Continua válida a descrença quanto aos mecanismos de mercado baseados no individualismo, automatismo, não intervenção, racionalidade e utilitarismo, para transformar as estruturas arcaicas do quadro regional; 5 - Que a reforma do Estado para atingir e ter eficácia e eficiência deve, acima de tudo, estar assentada em maior justiça social e representatividade democrática; elementos contrários à linha neoliberal que busca a eficiência relegando o social ao segundo plano; 6 - devemos reivindicar políticas seletivas e

---

<sup>3</sup> O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais.

globais de desenvolvimento para o Brasil e o Nordeste brasileiro que transformem a atual realidade nacional.

A elaboração do presente artigo compreende três pontos, dos quais o primeiro é esta introdução. A seguir apresentaremos algumas justificativas em favor e na defesa de um projeto de desenvolvimento para o Brasil e o Nordeste. E por fim coloco as linhas gerais para um “novo estilo de desenvolvimento brasileiro e regional”.

## 2. A Defesa de um Projeto para o Brasil e o Nordeste

Inicialmente, gostaria de afirmar que a oposição e postura crítica acerca da integração passiva e subordinada da economia brasileira proposta e implementada pelos dois últimos governos (Collor e FHC), não significa o retorno ao passado, na utilização de fórmulas que visaram tão somente beneficiar as elites do capital interno e internacional.

O objetivo do trabalho é a defesa de um projeto nacional e social de desenvolvimento e, no seu interior, uma nova política de desenvolvimento para o Brasil e, no seu bojo, para o Nordeste, que se opõe ao liberalismo e as propostas do chamado “Consenso de Washington” na procura de modificar as estruturas anacrônicas<sup>4</sup> que fazem parte da nossa sociedade, em especial a nordestina<sup>5</sup>.

Após, toda a fase de crescimento acelerado e modificações por que passou o nosso país, nos encontramos diante de um quadro que revela: a opulência de uma minoria aliada a um processo de crescente favelização, persistente falta de moradia e emprego, ausência de saneamento básico na maioria das cidades, precariedade da assistência médica e da educação, crescimento brutal da marginalidade e da violência urbana<sup>6</sup>, etc.

Revela-se facilmente que a cópia do estilo de vida e das políticas econômicas e sociais dos principais centros desenvolvidos, apesar de provocar transformações econômicas e culturais, manteve o quadro de “*apartheid* social” próprio de nossa realidade. O motivo que possibilitou aos brasileiros conviverem com as gritantes injustiças sociais foi o intenso dinamismo econômico no passado recente (Furtado. 1992). Com isso, somente uma estratégia de desenvolvimento apoiada em ação deliberada do Estado tem condições de modificar esse mecanismo perverso que faz parte integrante de uma sociedade capitalista periférica. Perante esta sociedade, a atuação livre dos mecanismos de mercado irá provocar a reprodução e tendência de agravamento dessa situação.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A formação de uma sociedade baseada não somente na eficiência, mas também na civilidade e justiça tem constantemente encontrado resistências de setores poderosos a transformações estruturais necessárias em virtude das atitudes anti-sociais e antioletivas das elites dirigentes do nosso país.

<sup>5</sup> É comum a defesa de interesses regionais e negociações de proposições que objetivam apenas atender a interesses particulares.

<sup>6</sup> É inconcebível que na atualidade o nordestino sofra com a fome provocada pela calamidade da seca. Ocorre que esta é uma das principais notícias da imprensa do país hoje.

<sup>7</sup> Um dos traços característicos do desenvolvimento da sociedade brasileira é manter intacto ou talvez agravar a exclusão social.

O desenvolvimento com transformações econômicas, social, política e conseqüente crescimento do padrão de vida da população não ocorreu no nosso país. Este ficou restrito em determinadas regiões e para certos grupos da população, confirmando o que afirmava Furtado (1981): de que a cópia do estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria, e que as economias periféricas nunca serão desenvolvidas no sentido de similares às economias hoje desenvolvidas.

Os benefícios da globalização com a integração regional e mundial necessitam ser mais bem qualificadas. Os países desenvolvidos são quem determinam o ritmo da competição internacional. Estes países trabalham na fronteira tecnológica, possuindo capacidade para criar inovações que reduzam custos e introduzir novos produtos. Com isso, a formação de grandes blocos irá beneficiar as principais nações (Estados Unidos da América na América Latina, Alemanha na Europa e Japão no Oriente) com a formação desse novo modelo de desenvolvimento.

Assim, é ilusão acreditar na difusão do desenvolvimento como prega os liberais. Devemos esperar a perda da autonomia de políticas econômicas e sociais quando o Brasil passar a fazer parte de um grande bloco. E, o efeito nefasto das enormes desigualdades sociais e regionais no Brasil, certamente tem constituído obstáculos ao desenvolvimento nacional. Os exemplos das políticas do tipo da "Guerra Fiscais" sinalizaram nessa linha.

Como tão bem afirmou Celso Furtado (1992:13):

"O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo; o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional"

A "globalização" não impede a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento alternativo. A viabilidade de um projeto que tente solucionar os problemas estruturais, os desequilíbrios regionais, as seqüelas econômicas e a deterioração do quadro social brasileiro são eminentemente política. Enquanto permanecermos assentado em um modelo que depende do apoio do capital externo, na imitação do padrão de vida e de consumo dos bens de países adiantados, nos manteremos numa via de exclusão social e regional.

Diferente do que afirmam os defensores da globalização, a crise que assola a civilização capitalista industrial no momento atual é de natureza extremamente instável. Vivendo tanto das crises como de expansões, não consegue assegurar o pleno emprego da força de trabalho e nem a utilização de toda capacidade produtiva. Flutua ao longo do tempo e provoca desequilíbrios. O Estado ao procurar solucionar esses problemas do capitalismo com a questão da dívida pública sancionando a riqueza produtiva e financeira, transforma a meta do orçamento equilibrado, hoje em dia, uma mera obra de ficção em conseqüência dos enormes custos financeiros.

As evidências históricas da instabilidade, o desemprego, a especulação financeira e o poder hegemônico econômico e político desmentem o afirmado pelos que estão totalmente favoráveis à globalização. Usando a terminologia marxista podemos dizer que a lei geral da



acumulação capitalista continua mais presente do que nunca, e assim explica a questão do crescente desemprego, pois a acumulação de capital torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho no capitalismo atual; a crescente criação de capital e de riqueza financeira em escala mundial não é outra coisa senão o fenômeno classificado como Capital financeiro; e finalmente, que o processo de formação de blocos regionais na América, Europa e Ásia constitui outra face do que é conhecido como a guerra do "imperialismo".

Dessa forma, as evidências históricas trabalham em favor de uma política de desenvolvimento nacional e regional, independente e alternativa ao processo liberal de abertura comercial e integração produtiva passiva. A descrença no modelo de desenvolvimento em vigor segundo o qual, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância torna necessária a busca de uma nova concepção de desenvolvimento.

O desafio que nos coloca o século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. Nosso objetivo não deve ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas, e sim a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana deve ser dirigida para busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (Furtado 1992).

No Brasil, a supremacia liberal e o sucesso inicial do plano real, deram respaldo para que o governo desconhecesse qualquer alternativa de resgate do atraso econômico e social. Todavia, hoje está claro que as dificuldades são políticas, ou melhor, as dificuldades não são ideológicas, mas, sobretudo políticas, não conformando uma reação organizada em torno de um projeto nacional.

Diferente dos liberais, para quem não se deve intervir na economia em virtude do risco de reduzir sua eficiência, somos favoráveis a ponto de vista de que a política econômica deve e tem de servir para possibilitar o bem estar dos indivíduos<sup>8</sup>. As transformações se impõem para atingir o objetivo pretendido são radicais e apontam para uma mudança qualitativa no papel do Estado.

Tal mudança deve ser na linha defendida por Fiori (1991), ou seja:

"Manter o Estado na posição de sustentáculo fundamenta das estratégias empresariais de conquista dos mercados externos e de luta pelos mercados internos, além de promotor ativo de uma melhor distribuição da renda e das condições de vida da população. Só uma

---

<sup>8</sup> O homem, diferente dos animais que aceita o meio e as estruturas do jeito que estas se apresentam (e somente adaptando-se a elas), modifica, cria e inova as estruturas em proveito do indivíduo e da sociedade.

mudança deste tipo em um pacto nacional, que incorpore a população até hoje excluída, permitirá retomar o aparelho do Estado e dota-lo da flexibilidade instrumental capaz de viabilizar um Estado ágil – interna e externamente – em suas intervenções, definidas por uma estratégia que solidarize os setores empresariais hegemônicos e as burocracias estatais, e que seja compatível com os ideais de dignidade e cidadania populares, completamente ausentes, até hoje, da história política brasileira”.

Como prova a evolução e desenvolvimento do capitalismo, o desenvolvimento dos países retardatário não se processa como mera reprodução do ocorrido nos países desenvolvidos. Além do que, o engajamento e inserção na Terceira Revolução Industrial serão mais difíceis e exigirá um esforço maior do que os das fases anteriores (Oliveira, 1985).

Assim sendo, mesmo frente às transformações estruturais em curso nos países desenvolvidos; ao processo de globalização produtiva e financeira; aos limites e dificuldades de políticas por parte do Estado; ao perfil cartorial privatista do Estado Brasileiro; e mesmo diante de uma sociedade com elevado grau de heterogeneidade, é tecnicamente possível e de execução viável uma nova política de desenvolvimento. Visando este objetivo, a coordenação por parte do Estado na procura de reduzir as desigualdades regionais e sociais, atacar os problemas da Reforma Agrária, Educação, Saúde e Habitação, dentre outros problemas a serem resolvidos. – que continuam atuais.

No item a seguir trataremos de alguns pontos de uma política de desenvolvimento para o Brasil e o Nordeste. Como um projeto dessa envergadura trata-se de uma empreitada das mais complexas, considero a formulação de uma política de desenvolvimento uma pretensão bastante ousada. Dessa forma, essa tarefa não deve ficar a cargo de somente poucos indivíduos e deve engajar toda a sociedade civil.

### **3. As Linhas Gerais para um Novo Estilo de Desenvolvimento**

As linhas gerais direcionadas a uma “nova política de desenvolvimento” estão ancoradas nas seguintes idéias: 1 - uma frente a atacar é a prévia recuperação do Estado Nacional como centro básico de coordenação, planejamento e decisão para transformá-lo em efetivo instrumento do desenvolvimento; 2 - o segundo ponto é o problema agrário; 3 - a distribuição dos benefícios do desenvolvimento a toda população e a integração dos membros excluídos da sociedade em níveis mínimo de conforto e prosperidade; 4 - conciliar o desenvolvimento regional ao nacional visando a diminuição das desigualdades sociais, regionais e no caminho da formação da nossa nação; 5 - Atuar na região do semi-árido combatendo o efeito das secas com modificações na estrutura agrária e na agricultura na linha de práticas tecnológicas mais avançadas e menos vulneráveis aos fatores naturais adversos; 6 - realizar uma reforma tributária que elimine os privilégios dos ricos e de determinadas classes e deixe de penalizar aos produtores e consumidores; 7 controlar e incentivar o capital externo em proveito e benefício da política de desenvolvimento (essenciais nessa época de especulação financeira - Chesnais, 1999); 8 - perceber que a solução da maioria dos nossos problemas envolve enormes condicionantes políticos; 9 - Negociar o alongamento do perfil da dívida pública; 10 - combater o nosso crônico déficit

nas transações corrente fomentando de uma adequada política de exportações; e 11) enfatizar o papel primordial da política social no combate a exclusão social<sup>9</sup>.

Inicialmente, se faz urgente e necessário a recuperação, reforma e enxugamento do Estado visando à sua readequação para o resgate da dívida social e para a retomada do crescimento (Cano,1994). A formulação de uma nova política de desenvolvimento deve estar respaldada na execução de uma nova estratégia para a economia nacional oposta pensamento e modelo liberal. A constituição dessa nova política orientada pelo Estado, longe de pretender autarquia econômica, visa propiciar condições de autonomia ao nosso sistema produtivo, estimulando a iniciativa privada e expondo-a a concorrência internacional quando viável.

O Estado e as agências governamentais devem desempenhar papel ativo, mas não exclusivo, no planejamento e iniciação do desenvolvimento econômico. O Estado continua sendo um elemento importante na introdução de uma mudança sócio-cultural e de técnicas vantajosas. Ele tem condições de realizar os investimentos de infra-estrutura e em capital social que geralmente não são atrativos e assumidos pela iniciativa privada. O governo tem ainda o poder de estabelecer uma reforma fiscal para desviar recursos e realizar as metas desejadas. Finalmente, somente uma direção e liderança governamental rigorosa podem assegurar o sucesso desse plano. O que foi dito ainda continua válido apesar do que descrença liberal.

A participação do Estado deverá objetivar o fortalecimento do sistema de economia mista para estimular a produção, o investimento e modificar a estrutura produtiva a fim de torná-la mais independente e mais satisfatória às necessidades básicas da população. Faz-se necessário uma urgente implementação de uma política industrial firme e criativa

Queremos, todavia afirma que a solução não consiste em resgatar ao Estado que policia livre mercado, nem reivindicamos um Estado maior, mais se faz necessário um novo Estado cada vez mais democrático no político e mais racional no econômico. Um Estado, com suas funções de gestor, planejador, investidor, empresário, regulador, promotor, banqueiro e benfeitor mais eficaz e eficiente, mas devendo também atuar paralelamente com maior justiça, representatividade e democracia, no contexto de um novo pacto social que fortaleça e desenvolva os sistemas nacionais de economia mista (Villarreal, 1989).

Objetivando o combate ao nosso crônico déficit nas transações corrente se faz necessário o fomento de uma política de exportações que não somente combine esforços para melhorar o acesso aos mercados externos, mas também implemente programas de investimentos visando ampliar a quantidade e qualidade dos bens e serviços exportáveis (Ricupero, 2001). Nessa linha, o Estado deverá promover investimentos nacionais e estrangeiros para produzir bens destinados primordialmente aos mercados externos, desenvolvendo vantagens comparativas potenciais para uma ampla gama de categorias de bens dos mais simples e tradicionais aos mais complexas, incorporando progressivamente tecnologia e valor agregado, na busca incessante de qualidade.

No que diz respeito ao Nordeste, as subvenções vinculadas a programas de desenvolvimento pode definir incentivo apto para aprimorar a competitividade do país e de modo a reduzir os desequilíbrios regionais sem ferir o acordo de subsídios da rodada do

---

<sup>9</sup> Hoje, o modelo de política social adotado é de linha assistencialista ampliada e “moralizadora”.(Soares, 2000)

Uruguai regional (pois se trata de uma área onde a renda per capita é, no mínimo, um terço inferior à da média nacional - Ricupero, 2001).

Negociar o alongamento do perfil da dívida pública é outro objetivo que deve ser perseguido. Essa política objetiva recuperar e ampliar a capacidade de investimento e recuperar a capacidade de pagamento da dívida interna que se deteriorou ao longo do tempo e cresceu demasiadamente no dois últimos governos de FHC. Essa política amplia a capacidade de pagamento do setor público, aumenta a capacidade de investimento, conseqüentemente, eleva a capacidade de intervenção econômica, recupera o papel de fomento do setor público, ampliando as possibilidades do aumento da atividade econômica, do crescimento do PIB, da geração de emprego e renda. (Benevides Filho, 2001)

No que diz respeito ao capital financeiro internacional deve prevalecer o interesse geral sobre os interesses particulares. A necessidade de desenvolvimento deve estar acima da prioridade hoje dada a especulação financeira internacional. Controlar e incentivar o capital externo em proveito e benefício da política de desenvolvimento regulando e taxando minimamente as aplicações especulativas e os rentistas que querem aplicar no Brasil, de tal forma a transferir renda e riqueza das ricas para os pobres<sup>10</sup>. (Chesnais, 1999)

Diversas das reformas atualmente defendidas pelo governo federal são necessárias só que em outra direção. Assim, a nível nacional se faz necessário elaborar uma reforma do sistema tributário e fiscal, executar uma reforma do sistema financeiro na linha e direção de capacitá-lo a fornecer créditos a médio e longo prazo, principalmente para agricultura e habitação, reforma urbana visando eliminar a especulação de terras, reformulação da saúde pública e previdência social, recuperar o sistema de educação pública e restaurar a infraestrutura deteriorada ao longo dos últimos 20 anos, e também promover reciclagem profissional, ética e valorização do funcionalismo público para que este possa dar resposta na sua atuação.

No que diz respeito à reforma do sistema tributário e fiscal é consenso entre o empresariado nacional que a atual estrutura tributária é "injusta" por penalizar demais a produção e com isso dificultar o desenvolvimento econômico do país. Com base nesse ponto de vista, propõem reformas na legislação fiscal visando a redução da carga tributária e a extinção de uma gama variada de impostos.

Por outro lado, o governo municipal, estadual e até a União, estão às voltas com problemas orçamentários, e na busca de conseguir mais recursos, estão também defendendo a realização de reformas na estrutura tributária nacional. Parece existir um consenso entre empresários, governos e outros importantes segmentos da sociedade, da urgente necessidade de reformas na nossa legislação fiscal.

Na realização de tal processo, se faz necessário atentar para a verdadeira realidade revelada pelo atual modelo tributário brasileiro:

- 1) A participação dos impostos no PIB não é elevada se comparada com países como Alemanha, Japão, Estados Unidos e Grã-Bretanha (veja tabela 1). Todavia convém esclarecer que a comparação pura e simples do nível da carga tende a ser árida e de precário poder analítico. São tantas as diferenças entre os sistemas

---

<sup>10</sup> Como se sabe, a lógica do capitalismo a partir dos anos 80 foi, cada vez mais, de transferir renda dos pobres para os ricos.

tributários e, principalmente, entre as sociedades sobre as quais as cargas incidem que pouco se pode concluir da mera comparação de números que as representam; (Varsano *et alii*, 1998);

- 2) A estrutura dos impostos no Brasil se revela injusta em virtude de sua característica regressiva, ou seja, além da participação da tributação da renda ser baixa, ela se concentra na pessoa jurídica, o que afeta negativamente a competitividade dos produtos nacionais; (tabela 2);
- 3) Mesmo os impostos diretos contêm inúmeros vazamentos e isenções desnecessárias, e assim, o nível de tributação de pessoas físicas é extremamente baixo em comparação com padrões internacionais;
- 4) A base de arrecadação se revela por demais estreita, sendo agravada por não existir uma adequada tributação aos ricos e abastados. Do mesmo modo que a renda, a imposição de tributos sobre a propriedade, a despeito do crescimento recente;
- 5) A coleta de impostos é deficiente e a evasão é imensa. . A sonegação é certamente o maior inimigo da justiça fiscal, e não obstante a contribuição que a tributação da renda e da riqueza pessoal possa fazer à justiça fiscal, é principalmente a qualidade da administração fiscal que pode garantir a sua consecução;
- 6) E, finalmente, do número total de impostos, somente oito ou nove se revelam importantes como fonte de receita para os cofres públicos. A despeito do grande número de tributos existente no país, a arrecadação concentra-se em poucos – os cinco principais (ICMS, contribuição para Previdência Social, IR, Confins e IPI) são responsáveis por mais de 70% da arrecadação total.

**TABELA 1 - RECEITA FISCAL 1965-1990**

PAISES	1965	1970	1975	1980	1985	1990
Alemanha	31,6	32,9	36,0	38,2	38,1	37,7
Japão	18,3	19,7	20,9	25,4	27,6	31,3
Reino Unido	30,4	36,9	35,5	35,3	37,9	36,7
Estados Unidos	25,9	29,2	29,0	29,5	29,2	29,9
OCDE Total	26,7	30,0	32,9	35,2	37,2	38,8
OCDE Europa	27,6	31,0	34,2	36,6	38,9	40,2
CEE	27,3	31,0	33,8	36,9	40,0	40,8
<b>BRASIL</b>	<b>21,8</b>	<b>26,0</b>	<b>25,2</b>	<b>24,7</b>	<b>22,5</b>	<b>25,0 (#)</b>

FONTE: Rozolen (1999:47)

(#) Média 1989-91

Como se percebe existe inúmeras distorções e privilégios acumulados ao longo do tempo. As mudanças a serem realizadas devem seguir as normas da equidade e da capacidade de pagamento, contribuindo para uma verdadeira “justiça social”. O modelo a ser seguido e implementado deve ser de tal modo que todos pagem impostos de acordo com

suas posses e não somente determinadas classes. Com isso, queremos dizer que a reforma deve procurar ampliar a base tributária, transformar em contribuinte muito dos que hoje não pagam impostos, e ao mesmo tempo deve diminuir a carga tributária dos que atualmente estão a contribuir<sup>11</sup>.

É inconcebível a existência de um sistema que permite as grandes fortunas e determinadas classes sociais terem seus interesses protegidos e beneficiados pelas leis. Enquanto, por outro lado penaliza a produção, o consumidor e os que estão contribuindo para o sistema. Esse fato provoca injustiças e distorções, impede a melhora no perfil da distribuição de renda nacional, privilegia a especulação e favorece o latifúndio nas terras urbanas e rurais.

**TABELA 2 - COMPOSIÇÃO CARGA TRIBUTARIA NO BRASIL (%)**

ESPECIFICAÇÃO	% do PIB	% do TOTAL
<b>Impostos Diretos</b>	<b>5,2</b>	<b>18,2</b>
Renda	4,7	16,4
Patrimônio	0,5	1,8
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>16,0</b>	<b>55,8</b>
Consumo	15,1	52,7
Comércio Exterior	0,5	1,7
Taxas	0,4	1,4
<b>Contribuições s/ Salário</b>	<b>7,2</b>	<b>25,1</b>
<b>Não Identificados</b>	<b>0,3</b>	<b>0,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28,7</b>	<b>100</b>

FONTE: Rozolen (1999:42)

Entretanto, simultaneamente a essa revisão, é obrigação dos governos diminuir ou eliminar sua ineficiência, melhorar a estrutura de fiscalização e arrecadação de impostos, extinguir ou reduzir bastante o superfaturamento das licitações públicas. Uma reforma tributária e fiscal pode alavancar recursos para sanear as contas e orçamento do Estado, viabilizar uma nova política de desenvolvimento, modificar a posse e propriedade das terras urbanas e rurais, etc.

O Estado tem a obrigação de se apossar de grande parte do excedente, impedindo que ele seja desperdiçado em consumo de luxo e conspícuo<sup>12</sup> (Veblen, 1988), fornecendo recursos às empresas para fins de acumulação, estimulando a criação de pequenas e médias

<sup>11</sup> A reforma do aparelho fiscal para ser bem-sucedida não se pode restringir a sedutora idéia de uma mera simplificação dos tributos, como vem sendo proposto, com apoio crescente, por algumas correntes (De Oliveira, 1995).

<sup>12</sup> É inconcebíveis que o excedente econômico seja utilizado por uma minoria da elite brasileira em consumo santuário, superfluo e turismo internacional, enquanto a grande maioria do povo brasileiro vive em estado permanentes carências, as mais diversas, e em meio a uma guerra civil não declarada.

empresas, favorecendo a acumulação de capital e, principalmente, beneficiando a maioria da população com a execução de uma verdadeira política social<sup>13</sup>.

O “consumo ostensivo”, decorrentes das motivações de prestígio social ou simples emulação, e que tem servido apenas para revelar o caráter de esbanjamento dos já privilegiados, é bastante estimulado pela propaganda e marketing, não estando ligada a quaisquer necessidades individuais e carências como as apresentadas pela uma grande maioria da população brasileira. Desse modo, o governo deve agir como agente redistribuidor de renda retirando recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e os transferindo para solucionar os problemas elementares que afligem os menos favorecidos da nossa sociedade.

Como em nosso país jamais fomos capazes de construir um efetivo *Estado do Bem-Estar Social* devemos mudar a ênfase: *estabilização – crescimento econômico – redistribuição*, resgatando o conceito de Política Social no âmbito das Políticas Públicas<sup>14</sup>, ou seja, articulando a política social com as demais políticas públicas, de forma não subordinada à política econômica (Soares, 2000).

No que diz respeito à abertura externa e conseqüente exposição das empresas brasileiras à competição internacional, devemos partir para uma gradual e programada exposição de firmas nacionais procurando preservar os interesses da nação. Este modelo incorpora e defende

*“...uma política econômica planejada e negociada através da qual se possa modernizar e expor à competitividade internacional apenas determinado segmentos produtivos, mas que, por outros, obrigue-os a uma modernização paulatina, escalonada no tempo até que se possa torná-los mais competitivo. Para outros segmentos em que não teremos condições de competitividade internacional em médio prazo, mas que no plano interno sejam estratégicos para a produção e/ou para nossa política social, há que lhes dar a devida e controlada proteção ao mesmo tempo em que se deverá programar sua reestruturação” (Cano 1994:35).*

A atuação do Estado no que diz respeito a uma política de desenvolvimento para o Nordeste, deverá ser mais ativa<sup>15</sup> e eficiente procurando cumprir as funções: 1 - Estado Gerenciador, na definição do rumo econômico e do pacto social; 2 - Estado Planejador, formulando a estratégia de ajuste e desenvolvimento; 3 - Estado Promotor, no fomento e apoio à produção e ao investimento privado; 4 - Estado Regulador, definido a composição e o destino da produção. 5 - Estado Distribuidor, de maneira que torne mais equitativos os ganhos do desenvolvimento e redistribua os custos para com as classes anteriormente beneficiadas; 6 - Estado banqueiro, na concessão de crédito (pedra angular da moderna

---

<sup>13</sup> Deve reconhecer que o desenvolvimento tem que articular consistentemente a política econômica, política de rendas e política social com a estabilidade e crescimento (Soares, 2000).

<sup>14</sup> No governo FHC retrocede a uma concepção focaliza emergencial e parcial, devidamente encoberta por nomes supostamente modernos como “participação comunitária”, “autogestão”, “solidariedade”, em que a solução dos problemas dos pobres se resume ao “mutirão”. (Soares,2000).

<sup>15</sup> Se a ação do Estado é importante para o Brasil, ela é fundamental para o Nordeste. Aqui, a exclusão social dominante é um problema político, e para modificar esse quadro se necessita de vontade política.

estrutura capitalista) à agricultura, habitação, e até o papel de 7 - Estado Empresário, na promoção do desenvolvimento através de empresas públicas, onde e quando necessários.

A reforma agrária no Nordeste deve procurar modificar a arcaica estrutura social da região. A sociedade nordestina não sofreu uma transformação social ao nível de sua estrutura agrária. Continua a existir espaços em que predomina a rigidez das velhas estruturas e o domínio político das oligarquias. Mesmo nas áreas onde ocorreu modernização e progresso, essa veio agravar a questão fundiária. A pecuária provocou a redução da produção de alimentos, intensificou a migração rural e agravou a questão fundiária.

A atuação do Estado no setor agrícola nordestino já mostrou sua importância, pois as áreas dinâmicas foram frutos das políticas governamentais de estímulo ao desenvolvimento da agricultura irrigada. O setor agrícola nordestino ao longo dos últimos trinta anos passou pelas seguintes transformações: (1) os cultivos tradicionais do semi-árido (algodão, feijão, milho e mandioca) têm tido queda de área e estagnação de produtividade, pelo menos, desde meados da década de 70; (2) os cultivos tradicionais da Zona da Mata - cana-de-açúcar e cacau, após avanços na década de 70, entraram em crise a partir, sobretudo, de meados dos anos 80; (3) os cultivos irrigados apresentam um grande dinamismo, com destaque para o tomate, melão, manga e uva nos pólos de Petrolina, Juazeiro, Vale do Açu e Norte de Minas Gerais; trata-se da expansão da fronteira interna, através da irrigação do semi-árido; e (4) estabelece-se a cultura de grãos, em nível competitivo, através da incorporação de solos de cerrados nordestinos, compreendendo o oeste da Bahia e o sul do Piauí e Maranhão (Souza 1997).

O Estado terá papel de relevo não somente na realização da reforma agrária, mas também por lhe possibilitar condições técnicas, financeiras e comerciais para torná-la viável, principalmente na área do semi-árido. Para tal objetivo se faz necessário à utilização de práticas tecnológicas mais avançadas e menos vulneráveis a fatores naturais adversos; possibilidade de acesso aos pobres a terras agriculturáveis e com dimensões adequadas; fornecimento de eletrificação rural, assistência técnica, viabilizar o crédito, possibilitar a comercialização, etc. (Albuquerque, 1997).

É inconcebível que ainda nos dias de hoje continuemos a ouvir, assistir e ler a imprensa nacional falando e fazendo campanhas contra a fome e miséria provocada por mais uma seca. Como se vê é imperiosas modificações na estrutura rural do Nordeste para acabarmos de vez com o flagelo e a miséria, como também a "indústria da seca".

Para reduzir a pobreza e incentivar o emprego no setor secundário nordestino o Estado deve, além dos incentivos a iniciativa privada de pequeno, médio e grande porte, estimular formas associativas e cooperativas de produção de mercadorias (Mercadante, 1998). Para viabilizar a produção e comercialização dos produtos e serviços, se faz necessário todo apoio creditício, técnico, administrativo e de qualificação profissional.

Ao Banco do Nordeste do Brasil caberia papel relevante de apoio técnico, creditício e assessoria aos mais diversos setores, áreas e indivíduos. Trabalhando na linha de banco público incentivando o desenvolvimento regional sem única preocupação com a rentabilidade de suas agências.

Outra proposta a ser implementada é o chamado microbanco (Ricupero, 1998). Instituição destinada a realizar empréstimo a quem não possui nada, a não ser coragem, imaginação e vontade de trabalhar. Esses bancos realizariam empréstimos sem garantia, sem



colateral e em pequenas somas. Isto poderá fornecer as pessoas à possibilidade de por meio do trabalho e da iniciativa se integrar na sociedade e/ou tornar-se seu próprio patrão, pois esses recursos permitiriam ganhos de produtividade, pois viabilizaria a compra e utilização de máquinas em lugar de somente o trabalho manual.

A via de microbancos é importante porque, convém salientar que o problema da miséria e da fome não será resolvido com aumento de produção. A integração dos membros de uma sociedade em níveis de conforto e prosperidade passa pela sua integração ao mercado. Assim, se faz necessário que essas pessoas disponham de poder aquisitivo e/ou renda (o que não é o caso de grandes contingentes da população do Nordeste, principalmente em épocas de seca). Sem esquecer a quantidade significativa de miseráveis que fazem parte do quadro urbano.

Área de elevado potencial turístico, a região requer melhoria de serviços e de boa infra-estrutura econômica. Suas deficiências requerem uma participação ativa do Estado. Concordamos com as idéias de Albuquerque (1997), da importância da formação de recursos humanos através da educação básica e qualificação da força de trabalho. A Região Nordeste apresenta deficiências mais elevadas que a média nacional. Todo cidadão brasileiro tem o direito a educação que lhes capacite a entender e participar da sociedade. Além do mais, uma boa educação possibilita o acesso a um posto no mercado de trabalho.

Repetindo. Muito do que pode ser realizado no Brasil e na Região Nordeste depende de vontade política. Caso a sociedade nordestina não demonstre vontade de modificar este quadro, as políticas liberais trabalharão para concentrar ainda mais a renda na região.

Estamos certos que ressaltamos diversos aspectos de balizamento para uma “nova política de desenvolvimento nacional e regional”. Para os que classificam de velhas sugestões o apresentado, afirmo apenas que em economia e política, o comum é a falsa novidade, o velho travestido de “novo” (Batista Jr., 1998). Afinal o “liberalismo” e suas prescrições não passam de uma regressão ao século XIX. E a chamada globalização atual não se apresenta maior e mais intensa do que a ocorrida no início do século XX, ou seja, o capitalismo não vive uma situação de internacionalização do capital e abertura econômica maior de sua história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos C. C. O Progresso Social do Nordeste: um balanço de quase meio século. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, v.28, n.4, out. /dez.1997, p.469/490.

ARAÚJO, Tânia B. de A Promoção do desenvolvimento das forças produtivas do Nordeste: dá visão do GTDN aos desafios do presente. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, 28, n.4, out. /dez. 1997, p.451/468.

BATISTA JR., Paulo N., O Mesmo, mas de outra maneira. In: Folha de São Paulo. 19 de fevereiro de 1998 (Caderno dinheiro p.2).

\_\_\_\_\_. Retomada do crescimento? In: Folha de São Paulo, 8 de abril de 1999, Caderno Dinheiro p.2.

\_\_\_\_\_. A "Globalização" em Questão In: Folha de São Paulo, 9 de Abril de 1998, Caderno Dinheiro, p.2.

BENEVIDES FILHO, Mauro. O tamanho da crise. IN: Inside Brasil. Fortaleza: Editora Inside Brasil, ano V, nº. 37, jun./ 2001, p.12/18..

CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional. Campinas: editora UNICAMP. 3.ed. 1994. 184p.

- CHESSAIS, François. Tobin ou not Tobin? São Paulo: UNESP: ATTAC. 1999.
- FERREIRA, Assuero. O Nordeste brasileiro contraponto inacabado da acumulação? Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, v. 3, n.3, p.71-87, jul. /set.1983.
- \_\_\_\_\_. Em busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, p.127-150, dez. /1990.
- FIORI, José Luis. REFORMA OU SUCATA: O dilema estratégico do setor público brasileiro. Fundação do Desenvolvimento Administrativo/Economia do setor público. Texto para discussão nº. 4, ano 6, nov. /1991.
- FURTADO, Celso. Um Projeto para o Brasil, Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- \_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. Entrevista: A Constatação do GTDN e as exigências da atualidade In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, v.28, nº 4, out./dez. 1997, p. 377/386.
- \_\_\_\_\_. A Construção Interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- \_\_\_\_\_. Mundo do amanhã. Entrevista nas páginas Amarelas da Revista V, Editor Abril, Edição 1477, ano 30, nº 1, 08/01/1997, p. 08-11.
- \_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. São Paulo: Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1987.
- MERCADANTE, Aloizio. Uma Alternativa Solidária, In: Folha de São Paulo, 5 de abril de 1998. (Caderno Dinheiro, p.6).
- NETTO, Delfim. Que destino para o Brasil, Carta Capital. 04/08/1999.
- OLIVEIRA, Carlos A. B. O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado. Campinas, IE/UNICAMP. 1985, (Tese de doutoramento).
- \_\_\_\_\_. A Década Infame. In: Carta Capital. Ano IV, Nº. 94, 31 de março de 1999. p. 34/36.
- RICUPERO, Rubens. O Brasil e o dilema da globalização. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. Atendendo a pedidos, In: Folha de São Paulo, 14 de fevereiro de 1998, Caderno Dinheiro p.2.
- ROZOLEN, Silvana, As Propostas de Reforma tributária nos anos 90 e a questão federativa no Brasil. Campinas: Unicamp, julho 1999 (monografia de conclusão de economia)

- SAYAD, João, O rei Lear. In: Folha de São Paulo, 5 de abril de 1999, Caderno Negócios, p2.
- SILVA FILHO, Guerino E. A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da Teoria do desenvolvimento econômico periférico da Cepal, In: Revista Econômica do Nordeste, v.28, nº 4, out/dez. 1997, p.433/450.
- SOUZA, Hermino R. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial, ? In: Revista Econômica do Nordeste, v.28, nº 4, out. /dez.1997, p.499/518.
- SOARES, Laura Tavares.Os Custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez Editora 2000.
- TAVARES, Maria da C. A crise financeira global. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, V. 3. Nº 2, p. 15-25, abr. /jun. 1983.
- \_\_\_\_\_.Globalização e o Estado Nacional. Folha de São Paulo, 12 de outubro de 1997. Caderno-dinheiro p.4.
- VARSANO, Ricardo *et alli*, Uma Análise da Carga Tributária no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão nº 583) ago. /1998.
- VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe Ociosa: Um estudo econômico das instituições. São Paulo: nova Cultural, 1998.
- VILLARREAL, René. A Contra-revolução Monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1989.